

AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO

Melhorar a qualidade da educação é objetivo para depois de 2015

Pág. 2/3



Rede EPE
Provas de
certificação
com avaliação
positiva

Pág. 2/3

**São Tomé
e Príncipe**
Definida
intervenção
da Cooperação
Portuguesa
até 2015

Pág. 4

**Biblioteca
Digital
Camões**
acolhe
contística
e novelística
portuguesa

Pág. 4

**Formação de
professores
em Timor-
Leste**

Pág. 3

Agenda para o Desenvolvimento Melhorar a qualidade da Educação é objetivo para depois de 2015



■ As questões da educação e do desenvolvimento ocuparam os trabalhos da reunião que teve lugar em Paris, a 5 e 6 de dezembro, na UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) com a participação de 27 países doadores, quase todos membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE.

A consulta temática regional, as-

sim se designou a reunião em que o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua se fez representar através da sua Presidente, a professora universitária Ana Paula Laborinho, teve como tema *L'éducation dans l'agenda pour le développement post-2015*.

A dimensão humana do desenvolvimento integra os novos princípios orientadores da futura agenda do desenvolvimento. E a UNESCO

– pela sua ação estratégica na área da educação, ciência, cultura, comunicação e informação – tem um papel fundamental a desempenhar nessa integração.

A sessão de Paris inseriu-se assim na consulta a nível mundial que tem vindo a ser conduzida, para além da UNESCO, pelo UNDG – United Nations Development Group e pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas

para a Infância), no quadro do processo *Educação para Todos*, iniciado em Jomtien (Finlândia), reafirmado em Dakar (2000) e refletido na Declaração do Milénio.

No domínio da educação, este último documento resultou num compromisso em torno de 6 objetivos, a saber, a extensão e melhoria da proteção e da educação integral da primeira infância, a garantia do acesso de todas as crianças ao ensino primário, gratuito e de qualidade, a ampliação das oportunidades de aprendizagem para jovens e adultos, o aumento do número de adultos alfabetizados, a supressão das disparidades de género na educação e a melhoria de todos os aspetos qualitativos da educação.

Agora que os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) se aproximam do fim do período para que foram previstos – que termina 2015 –, os doadores foram convidados a refletir sobre as implicações da Agenda para a Educação Pós-2015 nas políticas de ajuda pública aos países em desenvolvimento.

Entre os objetivos da consulta esteve uma troca de informações sobre os desafios e as principais realizações identificadas no campo da educação, nomeadamente no que respeita aos ODM e à *Educação para Todos*; a identificação das prioridades da educação a incluir na agenda para a educação pós-2015 numa perspectiva regional; o exame da melhor forma de articular e posicionar a educação como componente essencial da agenda global de desenvolvimento pós-2015; o estudo das modalidades de aplicação e acompanhamento da agenda para a educação após 2015 a nível nacional, regional e mundial

do ponto de vista dos países Europa ocidental e da América do norte; e ainda o exame do papel destes países, o chamado Grupo I, enquanto doadores na agenda para a educação pós-2015, nomeadamente como melhorar o aspeto estratégico e a eficácia da ajuda e quais as novas parcerias a estabelecer para ajudar os países em desenvolvimento.

APLICAR O PISA

Enquanto doadores, os membros do CAD da OCDE têm particulares responsabilidades na cooperação para o desenvolvimento no domínio da educação, designadamente, por via do apoio a programas e projetos de organizações da sociedade civil (OSC), e através da adoção de quadros estratégicos e do apoio a ações de sensibilização para o desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e de Educação para a Cidadania Global nos respetivos territórios.

É esse o caso da Cooperação Portuguesa, que vai continuar especialmente focada na promoção do desenvolvimento da educação nos países em desenvolvimento, como fator essencial na promoção do desenvolvimento humano. A educação dá poder às populações ao conferir-lhes conhecimentos e capacidades, contribuindo para a sua melhoria de vida. Nesse sentido, o acesso universal à educação de qualidade, particularmente das mulheres e das raparigas, é um investimento e uma necessidade fundamental e, como tal, uma das áreas prioritárias no quadro da agenda para o desenvolvimento pós 2015.

A discussão em curso sobre a definição de uma agenda para o desenvolvimento pós-2015 aponta claramente para necessidade de

Rede EPE Provas de certificação com avaliação positiva

■ Com a última centena e meia de alunos da África do Sul, Namíbia e Zimbábue a fazerem em novembro os seus exames, terminaram as primeiras provas de certificação de aprendizagens dos alunos da rede de Ensino Português no Estrangeiro (EPE, tutelada pelo Camões, IP), que decorriam desde maio passado.

As provas que agora terminaram em África, onde o ano letivo coincide genericamente com o ano civil, abrangeram um total de 3.267 alunos. As outras regiões em que tiveram lugar foram a Europa (França, Bélgica, Luxemburgo e Holanda, Alemanha, Reino Unido e Suíça) e América (Estados Unidos e Canadá).

Vistas como um «elemento de valorização e qualificação» do Ensino Português no Estrangeiro, as provas tiveram um nível de aprovações muito elevado, da ordem dos 98-99%, um valor explicável, segundo a Direção de Serviços de Língua e Cultura (DSLCL) do Camões, IP, que organizou as provas em colaboração com a Direção-Geral de Educação (DGE), para os 5 níveis de proficiência previstos pelo Quadro de Referência para o Ensino Português no Estrangeiro (QuAREPE), pelo facto de os exames não se terem dirigido à totalidade da frequência da rede EPE, mas apenas àqueles que os professores consideravam aptos a transitar de nível e que no

ano seguinte deverão frequentar um nível de proficiência mais elevado.

Estes alunos correspondem a uma percentagem de 10 a 15% dos efetivos da rede do ensino paralelo de língua e cultura portuguesa, isto é, não integrado nos sistemas de ensino oficiais dos países em que vivem. Só um reduzido número de alunos do ensino oficial que estava interessado em obter a certificação da sua proficiência fez a prova.

Um júri nacional, constituído por representantes do Camões, IP, e da DGE, validou os resultados em dezembro passado, estando a decorrer o processo de emissão e entrega dos certificados.

«Muito positiva» é avaliação recolhida pelo Camões, IP junto dos vários intervenientes no processo – responsáveis da DGE, do corpo diplomático/consular e das comunidades, professores e alunos. Em vários locais, os exames contaram com a presença de representantes diplomáticos portugueses, que consideraram o processo de certificação das aprendizagens como «importante para a credibilização do ensino» EPE.



Escola Reddam House em Bedfordview, África do Sul

VALIDAÇÃO

Um inquérito com 30 perguntas realizado junto dos cerca de 300 professores da rede que aplicaram as provas (a sua quase totalidade), avaliando diversos parâmetros, atribuiu às mesmas uma classificação média global de 4,11 (numa escala de 0 a 5).

A área em que foram registadas maiores críticas, não deixando de ser positiva, respeitou à parte da compreensão oral, que, segundo a DSLCL, «é uma área sobre a qual existe menor controlo». «Pode-se produzir um CD áudio e assegurar que ele está bem produzido, mas não se consegue controlar totalmente as condi-

ções de aplicação», porque, tendo como palco 49 centros de exames e cerca de 300 salas, múltiplos fatores (acústica da sala, qualidade e maior ou menor proximidade da fonte de reprodução, ambientes ruidosos, etc.) podem criar dificuldades. «O som para um aluno está 'esborratado' e para outro está nítido».

Da parte dos encarregados de educação também houve um retorno «muito positivo». Através dos professores e da rede diplomática, existe informação indireta nesse sentido. Alguns indicadores apontam ter existido mobilização da própria comunidade para que os alunos pudessem fazer as provas. Em muitos casos houve deslocações de alunos, organizadas pelos pais, para os centros de exame, até porque nem todos disponibilizavam todos os níveis de proficiência. Tanto pais como alunos têm expressado ainda a sua satisfação nas entregas dos certificados que têm estado a decorrer em cerimónias escolares ou em momentos de celebração escolar.

Do lado do Camões, IP, a auto-avaliação do processo centrou-se no apuramento das validades de

abordar os futuros ODM e respetivas metas numa perspectiva mais qualitativa do que até agora, incluindo na área da educação.

O Relatório do Painel de Alto Nível sobre a agenda pós-2015 instituído pelo secretário-geral das Nações Unidas, de maio de 2013, aponta para a manutenção de um objetivo específico para a educação, mas mais centrado na questão da qualidade e da formação ao longo da vida.

Pretende-se assegurar que aumente a percentagem de crianças que ingressa e termina a educação pré-primária; que todas as crianças completem a educação primária e sejam capazes de ler, escrever e contar de forma suficiente a cumprir os padrões mínimos de aprendizagem; que todas as crianças tenham acesso ao ensino básico secundário (*lower secondary education*); que aumente a proporção de adolescentes com resultados de aprendizagem reconhecíveis e mensuráveis; que aumente a percentagem de mulheres e homens jovens e adultos com capacidades/formação técnica e vocacional para o trabalho.

Para uma abordagem mais qualitativa, a aplicação do programa PISA de avaliação dos sistemas de ensino aos países em desenvolvimento poderá dar um contributo importante. A possibilidade de alargar a aplicação do PISA aos países em desenvolvimento, nomeadamente na perspetiva da mediação dos compromissos a serem estabelecidos no quadro da agenda para o desenvolvimento pós-2015, está ser debatida em vários comités da OCDE. Portugal tem vindo a apoiar a proposta de aplicação do PISA aos países em desenvolvimento que manifestem interesse em participar.

contexto, cognitiva e de classificação, todos eles parâmetros alcançados. No primeiro caso tratou-se de garantir que o contexto de aplicação das provas elaboradas pela DSLC foi igual para todos os alunos, o que foi feito, entre outras medidas, com guíões de aplicação criados para os centros de exame e examinadores. Ou seja, permitiu-se assegurar que a diversidade de sítios em que a prova foi aplicada não foi relevante para os resultados. A validade cognitiva visou garantir que as tarefas propostas dentro dos exames com o mesmo nível eram comparáveis e que respeitavam todas a mesma matriz. A validade de classificação garantiu que todas as provas foram corrigidas da mesma maneira.

Em 2014, para além de todos os países onde decorreram provas em 2013, prevê-se que os exames também se realizem na Venezuela, Austrália, Suazilândia e Andorra. Os exames decorrerão em 4 épocas – 24/05 (Suíça e Alemanha), em 14/06 (Canadá, Estados Unidos e Venezuela), 28/06 (resto da Europa, incluindo algumas regiões Alemanha que não realizam as provas na primeira data) e 29/11 (África).

Cooperação na Educação

A formação de professores em Timor-Leste



■ O 'Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores' (PFICP) em Timor-Leste constitui, pelos meios financeiros envolvidos (mais de 23 milhões de euros no período de 2012 a 2014), uma das mais importantes ações da Cooperação Portuguesa (CP) na área da Educação este ano.

O lançamento do PFICP resultou da assinatura de um protocolo de cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e o Ministério da Educação de Timor-Leste (METL), a 1 de janeiro de 2012.

Como declarou a Presidente do Camões, IP, Ana Paula Laborinho, na reunião realizada a 5-6 de dezembro na UNESCO, em Paris, com o tema *L'éducation dans l'agenda pour le développement post-2015*, a CP reconhece a educação como o setor catalisador de maior importância para a mudança social, ao desenvolver competências e valores para alcançar a liberdade, a igualdade de oportunidades, a segurança e, em última análise, o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a Presidente do Camões, IP, indicou que a educação tem sido o núcleo da ajuda pública portuguesa ao desenvolvimento

(APD), visando o aumento das taxas de escolarização, mas também, e sobretudo, da capacidade dos sistemas educativos fornecerem uma educação equitativa e de qualidade, nomeadamente em quase todos os países de língua portuguesa.

As modalidades de implementação incluem abordagens setoriais e programas (Timor-Leste, São Tomé e Príncipe), cooperação técnica para a formação dos professores, ensino técnico-profissional e pós-secundário (p. ex., Angola, Moçambique e Cabo Verde), apoio a iniciativas não-formais de base comunitária e da sociedade civil em estados frágeis (p. ex., Guiné-Bissau) e também programas conjuntos ou financiamento de parcerias multilaterais com a UE e a UNICEF, quando possível.

Ana Paula Laborinho frisou que, apesar da consolidação orçamental em curso em Portugal, a APD portuguesa total canalizada para o setor não teve uma queda significativa e totalizou 140 milhões de euros nos últimos 3 anos. Ao todo, nos países parceiros de Portugal, desde a infância ao ensino pós-secundário, beneficiaram da cooperação no setor da educação

mais de 930.000 crianças e 30 mil agentes educativos.

A cooperação com Timor-Leste tem também dado particular atenção e empenho às ações no setor da educação. Entre 2009 e 2013, em simultâneo ou em sucessão, decorreram com vários parceiros os projetos 'Falar Português – Projeto de Consolidação da Língua Portuguesa' (2009-11), 'Mais Português – Formação em Língua Portuguesa' (2009-11), 'Falar Português – Reestruturação Curricular Ensino Secundário Geral Timor-Leste' (2010-13), 'Apoio à Capacitação da UNTL' (2011-13) e 'Educação Começa pelos Mais Novos' (2011-13).

OBJETIVOS

Os diversos programas, projetos e ações em Timor-Leste têm procurado desenvolver – nas diversas áreas e níveis de ensino – o reforço das capacidades locais, apoiando a criação de legislação, o respetivo enquadramento estratégico e técnico-pedagógico, bem como a formação de quadros superiores.

Portugal tem também procurado manter, em constante articulação com as autoridades timorenses, uma abordagem estratégica e integrada, em que

se promova o cruzamento de informação e as sinergias entre as diferentes ações, com vista à maximização dos efeitos das atividades levadas a cabo.

Os objetivos do PFICP (1 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2014) são apoiar a reconstrução do sistema educativo de Timor-Leste e o desenvolvimento do domínio da língua portuguesa, através do reforço da capacitação dos docentes timorenses a nível científico, pedagógico e didático, promovendo o desenvolvimento de aptidões em língua portuguesa nos diversos graus de ensino, com enfoque na formação inicial e contínua de docentes.

De uma forma mais específica, o PFICP tem como objetivos reforçar a capacitação dos docentes timorenses dos vários graus de ensino (diversas disciplinas) em Língua Portuguesa; reforçar a capacitação dos docentes a nível científico, pedagógico e didático; reforçar a capacitação de futuros professores timorenses do ensino pré-primário e primário na Faculdade de Ciências da Educação da Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL), do Instituto Católico de Formação de Professores de Baucau e dos polos de Baucau, Dili e Maliana do INFORDEPE (Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação de Timor-Leste); reforçar a formação dos formadores timorenses que constituem a Bolsa Nacional de Formadores do INFORDEPE.

O orçamento do PFICP para todo o período do projeto, de 23,77 milhões de euros, é cofinanciado pelo Ministério da Educação de Timor-Leste (13,98 milhões de euros) e pelo Camões, IP (9,78 milhões de euros).

Conforme disposto no protocolo, o PFICP encontra-se integrado no INFORDEPE, que dispõe de importantes competências no âmbito do projeto, cabendo-lhe em particular a indicação do coordenador-geral do PFICP (Antoninho Pires, vice-presidente do INFORDEPE, responsável pela área de formação de docentes).

Nos termos do protocolo, as universidades do Minho (UM) e de Aveiro (UA) dispõem de importantes competências, cabendo-lhes a seleção dos docentes/formadores portugueses e dos coordenadores-adjuntos científico-pedagógicos adstritos ao projeto (um por universidade). A UM tem a seu cargo o ensino pré-escolar e básico, enquanto a ação da UA cobre essencialmente o ensino secundário.

Em novembro passado teve lugar o processo de renovação contratual dos docentes portugueses, simultaneamente agentes de cooperação, adstritos ao projeto. Para 2014, o PFICP contará com 97 docentes portugueses (2 coordenadores-adjuntos, administrativo e logístico e docentes).

Prémio Matilde Rosa Araújo

A Menina que queria consertar corações
vence edição 2013



❖ O conto *A Menina que queria consertar corações*, de Sofia Azevedo Meireles Pinto, foi o vencedor da edição de 2013 do Concurso Lusófono da Trofa - Prémio Matilde Rosa Araújo, tendo recebido um prémio de 1.500 euros.

Os vencedores das várias categorias em destaque no

concurso foram revelados a 19 de novembro, durante a cerimónia de entrega dos prémios, que contou com a presença da vereação, de alguns elementos do júri de pré-seleção e dos escritores Jorge Velhote e Pedro Seromenho, que juntamente com Luísa Fortes da Cunha e Válder Hugo Mãe constituíram o júri final do concurso.

A cerimónia relembrou *Matilde Rosa Araújo*, madrinha do Concurso Lusófono, que é patrocinado pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.

No concurso, os contos *A Fita Cor-de-rosa*, de Odair Varela Rodrigues, de Cabo Verde, e *De Mão cheia num Bolso*, de Sara Maria Azevedo de Sousa, do Porto, receberam ambos uma Menção Honrosa.

Já o Prémio *Melhor Ilustração Original* - 2013, no valor de 500 euros distinguiu o trabalho de Sandra Maria Lopes Fernandes, de Braga, e o Prémio Lusofonia 2013 no valor de 400 euros foi para o conto *O papagaio Manivela e seu Grande Segredo*, de Patrícia Gibin Villela Cytrynowicz, do Brasil, presente na cerimónia.

A edição do Prémio *Matilde Rosa Araújo* de 2013 contou com um total de 252 participantes, oriundos dos vários países de língua oficial portuguesa como Brasil, Timor-Leste, Moçambique, Cabo Verde e Angola, além de Portugal.

Na sessão, o vereador da Cultura do município da Trofa, Renato Pinto Ribeiro, salientou que o prémio, que começou em 2002 como concurso nacional e que se estendeu em 2010 a todos os países de língua portuguesa, já recebeu mais de 3.000 contos.

Arquitetura portuguesa

Exposição vai circular
na rede externa do Camões, IP



❖ A exposição *Arquitetura Portuguesa. Discrição é a nova visibilidade*, que irá circular pela rede externa do Camões, IP, está patente até 20 de janeiro no Palacete Seixas, sede do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, IP, em Lisboa.

Concebida e produzida no âmbito de um protocolo assinado entre o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, a empresa Estratégia Urbana (EU) e a Ordem dos Arquitetos (OA), a mostra seguirá depois para São Tomé e Príncipe.

A exposição surge no quadro da iniciativa governamental que consagra o ano de 2013 à arquitetura portuguesa, tendo por objetivo o reforço da sua projeção no mundo.

Destinada prioritariamente à itinerância em parte da rede externa do Camões, IP, a exposição tem o apoio da Ordem dos Arquitetos, que intervirá na articulação com os arquitetos locais e com as respetivas associações profissionais, tendo em vista, sempre que possível, a realização de um programa paralelo de encontros e debates com arquitetos no espaço da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

A empresa EU, com sede em Matosinhos, tem como missão desenvolver e divulgar conteúdos técnico-científicos na área da arquitetura que criem um valor acrescentado para a sociedade contemporânea, nomeadamente exposições, ciclos de conferências e oficinas de trabalho.

O protocolo que consagra os termos da conceção, produção, itinerância e divulgação desta mostra foi assinado a 22 de outubro de 2013 pelos responsáveis de cada uma das entidades signatárias: a presidente do Camões, IP, Ana Paula Laborinho, o diretor da EU, Nuno Sampaio, e o presidente da OA, João Belo Rodeia.

São Tomé e Príncipe

Definida intervenção da Cooperação Portuguesa até 2015



São Tomé

❖ Educação e saúde são as áreas mais fortes na Ajuda ao Desenvolvimento a prestar pelo governo português a São Tomé e Príncipe, no âmbito do novo Programa Indicativo de Cooperação (PIC), válido para o quadriénio 2012-2015 e orçado em 43,5 milhões de euros.

O documento foi assinado em Lisboa a 27 de novembro de 2013, pelos ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e de S. Tomé e Príncipe, respetivamente Rui Machete e Natália Neto.

O setor da Educação, nas suas

diferentes modalidades, é bilateralmente considerado como «área prioritária de intervenção», sendo um dos programas mais importantes da Cooperação Portuguesa (CP) naquele país africano. Dezassete cooperantes na área da formação de professores integram o projeto *Escola +*, executado no terreno pelo Instituto Marquês de Valle Flor (Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento).

Saúde para Todos é outra intervenção relevante da CP com São Tomé e Príncipe, que tem por objetivo contribuir para a melho-

ria do sistema nacional de saúde, através da garantia de qualidade na prestação universal e na gestão de um conjunto integrado de serviços de saúde.

Boa Governação, Participação e Democracia e Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza são os dois eixos estratégicos identificados neste PIC, que estabelece também 6 áreas de intervenção, desde a capacitação institucional à educação e serviços sociais básicos, passando pela segurança e desenvolvimento e a ajuda sob a forma de produtos.

Os eixos estratégicos e as áreas de intervenção da Cooperação com São Tomé e Príncipe foram definidos partindo de uma análise das prioridades e objetivos acordados pelos dois governos, considerando compromissos e metas estabelecidos a nível nacional e internacional e assegurando a eficácia, eficiência e impacto das intervenções.

Embora dando continuidade à formação de recursos humanos e à assistência técnica em diversos setores, linhas mestras de anteriores programas, o atual PIC destaca-se por enquadrar duas áreas de intervenção inovadoras, a *Capacitação Científica e Tecnológica* e o *Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial*.

A promoção da igualdade de género e a capacitação das mulheres são dois outros aspetos consagrados no documento recentemente assinado, em sintonia com a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

O anterior PIC entre Portugal e S. Tomé e Príncipe vigorou no quadriénio 2008-2011.

Biblioteca Digital Camões acolhe contística e novelística portuguesa



Luísa Costa Gomes

❖ A Biblioteca Digital Camões (BDC) vai disponibilizar em formato eletrónico, a partir deste mês, 107 contos e novelas portuguesas dos séculos XIX e XX. O acervo em questão, que cobre quase toda a contística e novelística portuguesa daquele período, vai reforçar a oferta em textos literários para o Plano de Incentivo à Leitura em curso na rede de Ensino Português no Estrangeiro (EPE).

Uma primeira versão desta coletânea eletrónica, que teve edição da escritora Luísa Costa Gomes e revisão de Inês Fonseca Santos, com o apoio dos antigos Instituto Camões e Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, esteve em linha com a designação de 'Biblioteca Online do conto' em associação com a revista *Ficções*, editada por Luísa Costa Gomes e publicada pela Tinta Permanente, entre 2000 e 2008, com o objetivo de divulgar o conto como género literário.

A 'Biblioteca Online do Conto' divulgou em exclusivo, em formato digital, os grandes clássicos do conto português, que se encontravam em domínio público, bem como «textos éditos

e inéditos de autores portugueses contemporâneos», segundo a Wikipédia.

Os contos em questão serão disponibilizados na BDC em PDF e em formatos otimizados para dispositivos móveis, EPUB e MOBI, uma vez que «é obviamente um tipo de texto curto e que se adequa muitíssimo bem à leitura em dispositivos móveis em geral», segundo a Direção de Serviços de Língua e Cultura do Camões, IP. Os 16 números da revista *Ficções* poderão também ser acedidos na BDC.



Camões, IP

Av. da Liberdade, n.º 270
1250-149 Lisboa
TEL. 351+213 109 100
FAX. 351+213 143 987

www.instituto-camoes.pt
jlencarte@camoes.mne.pt

PRESIDENTE Ana Paula Laborinho
COORDENAÇÃO Margarida Duarte
COLABORAÇÃO Carlos Lobato